

ÉTICA, CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA

Luiz Carlos dos Santos

De acordo com Leite (2000), ética pode ser entendida como tributo essencial no resgate da dignidade do ser humano e da dimensão social nas relações do indivíduo consigo mesmo, com os demais seres da mesma espécie, com o cosmo e com seu Criador, a fim de propiciar o exercício da cidadania e fortalecimento dos ideais democráticos, conclamando os indivíduos, o governo e as organizações para priorizarem um trabalho explícito, específico e sistemático, de análise de valores, de aprendizagem de conceitos e práticas.

Soma-se também, o desenvolvimento de atitudes no indivíduo-cidadão, cidadão-governante e cidadão-empresário, que colaborem para o fortalecimento do processo de instauração/consolidação da democracia no Brasil, ou seja, viabilização do resgate da ética no dia-a-dia do indivíduo, das empresas e do governo e, mais que a tendência de uma nova era, um dos desafios da humanidade.

Em face ao exposto, perguntar-se-ia: Será que os cidadãos estão conscientes das transformações drásticas que vêm ocorrendo no mundo?

Registre-se que, além de estar inserido nesse turbilhão de mudanças que assola a humanidade, o Brasil vive uma crise institucional de governabilidade, associada a uma evolução conjuntural/estrutural do estado e de seu quadro econômico-empresarial. Saliente-se que o desenvolvimento sustentável da nação é ainda uma utopia, talvez porque não exista, de fato, em grande parte do grupo de dirigentes governamentais e empresariado a convicção de que o desenvolvimento econômico, mesmo sem perder suas peculiaridades deve estar intimamente imbricado com o desenvolvimento social. Parafraseando Teixeira (1998), sem desenvolvimento harmônico de todos os estratos da sociedade, as organizações não terão condições de crescimento; sem o progresso das empresas, não haverá desenvolvimento social; os desequilíbrios que advém do desenvolvimento parcial de um dos dois lados desta equação geram instabilidade da sociedade como um todo. Isso porque a política econômica, quer na sua dimensão micro, quer na macro, não está articulada com a política e diretrizes socioculturais do Estado e das empresas e, tampouco, com as aspirações dos indivíduos. Poder-se-ia afirmar que, assim, o governo não poderá manter a ordem, nem fomentar e regular o progresso, deixando, pois, de cumprir os ideais doutrinadores da nação brasileira.

Também por isso, a educação deve ser entendida, na perspectiva da ética, da cidadania e da qualidade de vida, resultante de um processo conscientemente assumido pelo educando,

cujo processo lhe propicia conhecimentos e maturidade biopsicológica e político-cultural, a fim de que, sem perder sua identidade pessoal, como ser, situado no tempo e no espaço físico, histórico e socioeconômico, possa criticamente aceitar, rejeitar ou transformar as suas circunstâncias; tomar posições, avaliar, ampliar opções de escolha; transcender a si mesmo, para ir em busca constante da verdade, da comunicação, do entendimento e do engajamento com o outro, com o social; atuar como ser vivo e pró-ativo para a construção de sua história e inserção na sinergia de sua sociedade, direcionada, naturalmente, para a igualdade de oportunidades, melhoria da qualidade de vida biopsicológica, cultural, política, econômica e social de seus membros.

Posto isto, admite-se que a formação cívica e ética do cidadão é a condição primeira para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, fortalecimento do Estado, sustentabilidade das empresas, enfim, respeito aos direitos e deveres dos homens e da sociedade como um todo.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br